

# OPINIÃO

SOCIALISTA

A MAIOR

páginas 10 a 33



# CHACINA

# da história

# DO BRASIL

ENQUANTO EXTREMA DIREITA DEFENDE ABERTAMENTE O GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA, GOVERNO LULA TAMBÉM É RESPONSÁVEL POR ESSA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA QUE NÃO RESOLVE A CRIMINALIDADE QUE CASTIGA OS TRABALHADORES

ESPECIAL COP30

Acompanhe cobertura especial da Cúpula dos Povos em Belém

Pág. 34 a 39

# O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 9

## **Editorial**

**CHACINA, VIOLÊNCIA URBANA  
E CRISE AMBIENTAL: DUAS  
FACES DA CRISE CAPITALISTA**

Pág. 10 a 33

## **Centrais**

**DOIS SENHORES DA MORTE: O  
TRÁFICO E O GOVERNO CLÁUDIO  
CASTRO**

Pág. 34 a 39

## **Cop30**

**OPINIÃO SOCIALISTA REALIZA  
COBERTURA ESPECIAL DA  
CÚPULA DO POVOS**

Pág. 40 a 44

## **Lutas**

**MARCHA DOS SERVIDORES  
MOSTRA O CAMINHO PARA  
DERROTAR A REFORMA  
ADMINISTRATIVA**

Pág. 45 a 52

## **História**

**108 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA:  
UM LEGADO SOBRE AS  
NACIONALIDADES QUE PRECISA  
SER LEMBRADO**

Pág. 53 a 58

## **Internacional | Palestina**

**GENOCÍDIO EM GAZA CONTINUA,  
E SOLIDARIEDADE TEM QUE  
CRESCER**

Pág. 59 a 64

## **Internacional | Nova York**

**O SIGNIFICADO DA VITÓRIA DE  
MAMDANI NA CIDADE DE NOVA  
YORK**

Pág. 65 a 70

## **Opressões | Novembro Negro**

**BEM VIVER SÓ É POSSÍVEL COM  
O FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL  
RACISTA, MACHISTA E  
LGBTIFÓBICA**

# CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

## OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil  
Agência: 4054-1  
Conta: 26751-1  
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Mariúcha Fontana (MTb 14555)

**REDAÇÃO:** Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

**DIAGRAMAÇÃO:** Ana Sbabbo

## CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ [opinião@pstu.org.br](mailto:opinião@pstu.org.br)

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

# Chacina, violência urbana e crise ambiental: várias faces da crise capitalista



*Protesto em São Paulo pelo Fora Castro e Derrite*

A situação calamitosa da segurança pública no Brasil é um sintoma da falência completa do sistema capitalista. Por um lado, a extrema direita comemora a desastrosa ação da polícia no Rio de Janeiro como o suprassumo do combate ao crime organizado. O governo Lula, por sua vez, em palavras críticas à operação no Rio de Janeiro, chamando de matança, não diz que a Polícia Militar do estado da Bahia, governado há muito tempo pelo PT, é a polícia que mais mata no Brasil. Lula disse que não decretará a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, mas decretou a GLO em Belém durante a COP30.

A direita critica porque diz que Lula só se importa com o evento internacional sobre o clima e não com a população do Rio de Janeiro que está sofrendo a violência do tráfico. Aproveitam a oportunidade para, ao mesmo tempo, destilar seu negacionismo climático já que consideram bobagem qualquer iniciativa para reduzir a emissão de carbono, e por isso criticam a COP. São defensores da política ambiental à la Trump, que menospreza a COP com sua política de destruir mesmo a natureza e emitir quanto poluente for necessário para ganhar mais dinheiro.

Já Lula e uma parte dos países imperialistas europeus, como a França de Macron, tentam parecer preocupados com o meio ambiente no discurso. Para isso, defendem uma série de medidas capitalistas para tentar reduzir os desmatamentos e as emissões de poluentes. É o famoso “capitalismo verde”, que visa ganhar dinheiro ao mesmo tempo que finge resolver o problema da crise ambiental. É evidente que isso não funciona, e o planeta está caminhando para uma catástrofe ambiental. Isso é outro sintoma da forma como o capitalismo leva a humanidade para barbárie.

## **DUAS FACES DA BARBÁRIE CAPITALISTA**

A crise ambiental e os cada vez mais frequentes eventos climáticos extremos, junto com a matança que ocorreu no Rio de Janeiro como expressão da crise de segurança pública e da guerra aos pobres promovida pelo Estado, são, cada um a seu modo, duas expressões da crise capitalista que, como sempre, recai principalmente sobre a classe trabalhadora e a

população mais pobre e oprimida, como a juventude negra, as mulheres, as LGBTIs, assim como os povos originários, quilombolas e ribeirinhos.

São dois exemplos que também revelam como, por dentro deste sistema, não há saída para a classe trabalhadora. No Rio de Janeiro, não avançou um milímetro o combate à violência que tanto assola a população das comunidades. Enquanto a extrema direita defende uma “bukelização” do Brasil, aprofundando a repressão e o genocídio, o governo Lula propõe medidas que não saem do marco da repressão. Não se trata de “melhorar” a repressão ou de falta de “inteligência” da polícia, mas sim de entender em profundidade as bases sociais e estruturais da violência no Brasil, intimamente ligada ao capitalismo e ao Estado capitalista.

É uma coincidência irônica que a chacina promovida pela polícia no Rio tenha se dado na semana em que a Bolsa de Valores bateu seu recorde de alta no Brasil, enriquecendo mais ainda os donos do capital. No capitalismo, o dinheiro do tráfico está nos bancos, no mercado financeiro, como ficou evidente no esquema do PCC na Faria Lima, em São Paulo. Resumindo: o PCC tinha empresas listadas na Bolsa de Valores.

A droga é uma mercadoria. O fuzil é usado pelo tráfico para garantir seus negócios. Toda a lógica da política de segurança capitalista atual não é acabar com o tráfico de drogas, impedir a violência contra os trabalhadores e extinguir este mercado ilegal. Pelo contrário, trata-se sempre apenas de repressão violenta do Estado ineficaz

que supostamente é contra os criminosos, mas pega apenas a ponta varejista e acaba resvalando para toda a população.

O Estado e os governos medem o sucesso pela quantidade de armas apreendidas, supostos criminosos mortos e quantidade de drogas apreendidas. Ao diminuir o estoque ou a oferta de armas e drogas, o efeito prático dessas operações no mercado capitalista ilegal é o aumento do preço das drogas e das armas.

### **A HIPOCRISIA DA COP30**

Enquanto fechávamos esta edição, o governo acabava de decretar a GLO na cidade de Belém, uma região com grandes áreas dominadas pelo mesmo Comando Vermelho do Rio de Janeiro. Ali, porém, não há chacinas à luz do dia, mas uma operação para maquiar a violência e a pobreza para o grande teatro da COP30. Uma encenação para que líderes mundiais e o governo Lula tentem mostrar que estão fazendo algo em relação ao meio ambiente, sendo que a realidade é o exato contrário.

Assim como o governo Lula responde ao problema da criminalidade com medidas de repressão, sob um discurso que tenta se contrapor à extrema direita, na questão ambiental o discurso também se desprende da prática. Lula discursa em favor da transição energética e em defesa do meio ambiente dias após seu governo liberar o início dos testes para a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Sua política econômica favorece o agronegócio, que devasta florestas e mata e persegue

indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Enquanto presenteia o agro com o maior Plano Safra da história, de R\$ 516 bilhões, ataca direitos sociais dos mais pobres, como o seguro-defeso e o seguro-saúde. Sem falar nos juros estratosféricos que transferem bilhões aos banqueiros via juros da dívida pública.

Sua política energética, neste mesmo sentido, beneficia os grandes monopólios da indústria petroleira, principalmente as transnacionais. A exploração da Margem Equatorial não apenas coloca em risco o meio ambiente da região, mas aprofunda esse modelo capitalista destrutivo que está levando o planeta a passos largos rumo à catástrofe. E não para beneficiar o povo de imediato ou para financiar uma transição energética lá na frente, como defende de maneira cínica, mas para encher os bolsos dos grandes capitalistas.

## **ENFRENTAR A VIOLÊNCIA URBANA E O CAOS AMBIENTAL**

Assim como não é possível acabar com o tráfico, a violência e a criminalidade sem enfrentar o Estado e o mercado de maneira combinada, não há solução possível para frear a crise ambiental nos marcos do mesmo mercado capitalista.

Para enfrentar de forma consequente a violência, é preciso medidas que vão da legalização das drogas, com o controle da produção e da distribuição pelo Estado, até a desmilitarização da PM e o controle popular sobre as forças de segurança, mudando a atual lógica de segurança pública racista, elitista e capitalista. Até medidas contra os bancos, o mercado financeiro e a

burguesia que lucra empilhando corpos negros. Para resolver o problema ambiental, é preciso enfrentar, da mesma maneira, os interesses dos grandes monopólios do petróleo, o agronegócio, as mineradoras, o mesmo grande capital que lucra com a destruição do meio ambiente e com o genocídio indígena. A questão é que a política da extrema direita é pisar fundo no acelerador da violência urbana e da destruição do meio ambiente, enquanto o governo Lula se mantém no mesmo caminho, apenas tentando andar com o freio de mão puxado.

Precisamos exigir medidas urgentes para combater a violência, em defesa dos interesses dos trabalhadores e contra a crise ambiental. Mas a solução só virá com o fim do capitalismo e um novo modelo de sociedade que se oriente não pela lógica do lucro e do mercado, mas pelas necessidades da classe trabalhadora e da grande maioria da população. ■



*Fernando Frazão/Agência Brasil*

RIO DE JANEIRO

# Dois senhores da morte: o tráfico e o governo Cláudio Castro



LUIS CARLOS MACHADO E JERÔNIMO CASTRO,  
DO RIO DE JANEIRO (RJ)



Tomaz Silva. Agência Brasil

O Rio de Janeiro viveu uma das páginas mais sombrias de sua história recente com a Operação Contenção, realizada nos complexos da Penha e do Alemão. A operação deixou mais de 100 mortos, tornando-se uma das ações policiais mais letais do país. Uma chacina! Participaram mais de 2,5 mil agentes da Polícia Militar, do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Choque, em uma megaoperação apresentada pelo governo Cláudio Castro como “necessária para combater o crime organizado”. Mas o resultado concreto foi outro: escolas fechadas, transporte paralisado e moradores aterrorizados por tiros e helicópteros. A cada nova operação, o Estado volta a tratar as favelas como territórios inimigos e os corpos de seus moradores como alvos descartáveis.

O governo Cláudio Castro consolidou uma

política de segurança pública baseada na morte, que transforma o Rio em um campo de guerra permanente. Sob o discurso da “contenção” e do “combate ao tráfico”, o que se vê é o uso da força bruta como instrumento de governo. O delegado aposentado Orlando Zaccone, conhecido pelo caso Amarildo, afirmou em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo que a polícia utilizou uma “tática troia”, uma espécie de emboscada militar em que os agentes empurram suspeitos para áreas isoladas, cercando-os para executá-los em fuga. Essa prática, denunciada por Zaccone como execução sumária disfarçada de operação policial, mostra o caráter sistemático e planejado da violência: um método de extermínio com aval institucional. O símbolo dessa política foi o chamado “muro do Bope”, utilizado na Operação Contenção.

### **EXTERMÍNIO DISFARÇADO DE OPERAÇÃO**

É importante observarmos as contradições. Na tarde do dia 28, o governador Cláudio Castro anunciou com entusiasmo o “sucesso” da operação, classificando-a como uma ação necessária e eficaz no combate ao crime organizado. Porém a realidade que emergiu nas horas seguintes desmentiu o discurso oficial. Na manhã do dia 29, moradores dos complexos da Penha e do Alemão encontraram dezenas de corpos abandonados em uma área de mata. Os próprios moradores, diante da omissão do Estado, recolheram e levaram os corpos até a Praça São Lucas, em meio ao desespero e à indignação. As cenas, que chocaram o país, revelaram um abismo entre a retórica do governo e a brutalidade dos fatos: enquanto as autoridades falavam em “operação controlada”, a

população das favelas vivia o terror de uma verdadeira caçada humana.

As contradições da Operação Contenção não param aí. O número de mortos, mais de uma centena, superou o de prisões e o de armas apreendidas, deixando evidente que o saldo da operação foi medido em sangue, não em resultados concretos. Mesmo com todo o aparato mobilizado, o governo transformou a morte em símbolo de eficiência e tentou criminalizar os próprios moradores que recolheram os corpos, sob a alegação de “interferência em cena de crime”.

Na perícia dos corpos, há procedimento conduzido sob forte desconfiança, em meio a uma operação que já nasceu envolta em denúncias de execuções e ocultação de provas. A demora nas perícias e as inconsistências nas versões oficiais reforçam a percepção de que o Estado busca encerrar o episódio rapidamente.

Essa postura reforça o caráter desumano de uma política de segurança que se sustenta na repressão e no medo. A chamada “vitória” da operação, portanto, não está no combate ao tráfico, mas na legitimação de um Estado que faz da violência sua linguagem e da morte sua política pública. Basta pensarmos que no dia seguinte os traficantes dominavam o território e seguiam realizando seus negócios. Que combate ao tráfico é esse?

## CAPITALISMO

# As facções criminosas como parte de um grande negócio burguês ilegal

Estar contra a operação policial realizada no dia 28 de outubro não pode significar, por outro lado, estar a favor das grandes facções criminosas que ocupam favelas e comunidades e também oprimem, perseguem e matam trabalhadores.

É necessário estabelecer um limite inequívoco entre estar contra as ações ilegais do Estado, que atua como se todos os moradores das favelas e comunidades fossem parte dessas facções ou que, no mínimo, olha com desprezo para a vida desses moradores, e, por outro lado, reconhecer a real necessidade de enfrentar o crime organizado.

O tráfico de drogas, assim como o jogo do bicho, é um grande negócio burguês, capitalista e ilegal. Ele movimenta bilhões de dólares todos os anos e, por ser ilegal, gera monopólios armados para defender sua produção, rota de transporte, distribuição e varejo.

Os vários grupos armados que defendem esses negócios se armam não para enfrentar a polícia, isso é uma eventualidade que esses grupos buscam evitar, mas para disputar o mercado entre si. O enfrentamento com o Estado ocorre apenas quando inevitável, já que muitas vezes esses grupos se infiltram ou corrompem agentes públicos.

## **DISPUTA DE MERCADOS**

O verdadeiro motivo pelo qual esses grupos se armam é que a disputa de mercado entre eles não se resolve pelos mecanismos “normais” da economia capitalista, mas por conflitos armados que vão desde o controle da matéria-prima até a venda.

Sua relação preferencial com o Estado e seus agentes de segurança é a de negociar, participar e até cooperar com ele. Não são raros os casos de coronéis da PM que ligam para “chefes” do tráfico pedindo favores e ajuda em investigações. Tampouco são incomuns os políticos que recebem autorização para fazer campanha em determinadas comunidades, em detrimento de seus adversários.

No outro polo dessa relação, a evolução desses grupos – que no Rio de Janeiro controlam cerca de 30% do território da cidade –, especialmente com o surgimento das milícias, gerou uma diversificação dos negócios nesses territórios. As facções criminosas passaram não apenas a controlar pontos de venda de drogas, mas também a extorquir moradores. Serviços como transporte, gás, internet e TV a cabo passaram a ser controlados pelas facções, que obrigam os moradores a consumir produtos e serviços das “empresas” que dominam o território, cobrando preços superiores aos do mercado em geral.

Ao mesmo tempo em que extorquem e oprimem uma parte dos moradores das favelas e comunidades, as facções criminosas disputam o melhor e mais destemido da juventude pobre.

O caso do Marcinho VP, do Morro Dona Marta, que uma vez afirmou “você quer que eu seja gari, eu quero ser desenhista”, são exemplos visíveis de que parte dos jovens que ingressam no tráfico o faz por falta de oportunidade (desemprego, falta de acesso a lazer, educação e saúde de qualidade), por revolta social e porque a burguesia prefere mil vezes que esses jovens estejam no tráfico do que em uma organização política que questione o sistema e lute por transformações profundas.

Nunca é demais lembrar que o tráfico cumpriu um papel fundamental na desarticulação dos movimentos sociais nas comunidades e favelas, expulsando e assassinando aqueles que tentavam organizar os moradores de forma independente, tanto do Estado quanto das próprias facções.

---

**FORA CLÁUDIO CASTRO**

## **A ilegalidade e a inutilidade da operação**

Reconhecer que é necessário combater as grandes facções criminosas não significa, de forma nenhuma, validar a maneira como o governador Cláudio Castro (e, de quebra, todos os governos, inclusive os do PT na Bahia e no Ceará) afirma querer combatê-las.

As grandes operações policiais em bairros pobres, comunidades e favelas, o aumento do número de policiais e a criação de novos grupos armados, como guardas municipais que se transformam em polícias, servem, na prática,

para ampliar a brutalidade do Estado contra os pobres. Em última análise, criminalizam parcelas inteiras da população e legitimam o uso indiscriminado da força.

A legitimação de ações como a ocorrida no dia 28 significa dar à polícia o poder de juiz, júri e carrasco, inclusive o poder de estar acima da lei, atuando com quaisquer métodos contra qualquer um.

Mas o pior é que, além de violentas, ilegais, custosas e moralmente condenáveis, essas operações são inúteis para conter a violência e o crime. Se megaoperações policiais e chacinas resolvessem o problema, ele já estaria solucionado no Brasil. Não há ano sem chacinas, não há mês sem uma grande operação policial. Todos os anos, centenas de traficantes são mortos, dezenas de “chefões” são presos, e o resultado? Novos traficantes surgem, novos chefes se erguem.



Fernando Frazão | Agência Brasil

## UM NEGÓCIO LUCRATIVO PARA A BURGUESIA

Há outro caminho para enfrentar os grandes negócios ilegais: seguir o dinheiro. Fiscalizar grandes contas bancárias, envios ao exterior, o uso de offshores e os mecanismos de lavagem de dinheiro. Esse método atinge o topo da pirâmide do crime, desmontando estruturas complexas e difíceis de recompor.

No entanto, esse tipo de combate não é feito por uma razão simples: todos lucram com o dinheiro ilegal, o sistema financeiro, as grandes construtoras, o mercado imobiliário. O dinheiro sujo, para se legalizar, circula no mercado legal. Além disso, tais mecanismos, se aperfeiçoados, atingiriam também os negócios legais da burguesia, evasão fiscal, fraudes contábeis, movimentações financeiras ilícitas. Para a burguesia, é mais barato montar um espetáculo dantesco do que encarar seus próprios crimes.

---

## SAÍDAS

### **Legalização: uma nova política sobre drogas no Brasil**

O Brasil precisa de uma mudança profunda na forma como lida com as drogas. A política atual, baseada na repressão e no encarceramento em massa, apenas alimenta o poder do tráfico e destrói vidas nas periferias.

A legalização das drogas, ao contrário do que dizem seus críticos, é uma proposta de enfrentamento real ao crime organizado e de recuperação do controle social sobre essa economia. Ao transformar o comércio hoje ilegal

em uma atividade regulamentada, o Estado poderia controlar a produção e a distribuição e reduziria drasticamente a violência associada ao tráfico. Com a arrecadação desta atividade, poderia investir em saúde, educação, cultura e tratamento público de dependentes químicos.

Legalizar também significa romper com o modelo de exploração que transforma milhares de jovens em “soldados” do tráfico, devolvendo à sociedade o poder de decidir sobre suas próprias políticas de consumo. Com a regulação estatal, o cultivo e a venda devem ser controlados pelo Estado e não pelo mercado para retirar o lucro da equação; as substâncias, controladas; e o uso, acompanhado por centros de saúde especializados, com foco médico, terapêutico e recreativo. A legalização das drogas é uma forma de substituir o medo e a violência por políticas baseadas em direitos.



## **DESMILITARIZAR E DEMOCRATIZAR AS FORÇAS POLICIAIS, COLOCANDO-AS SOB CONTROLE POPULAR**

A democratização da polícia passa, antes de tudo, por romper com sua estrutura autoritária e hierarquizada, herdada do regime militar. Uma instituição que se organiza sob a lógica da guerra interna e da obediência cega.

A desmilitarização, nesse sentido, é um passo importante: significa unificar as forças policiais sob um marco civil, pôr fim à justiça militar e garantir que os agentes da segurança sejam julgados como qualquer cidadão. Isso abriria espaço para que os policiais deixassem de ser

instrumentos de repressão e passassem a atuar como servidores públicos comprometidos com os direitos e as necessidades da população. Mas a democratização da polícia só será efetiva se vier acompanhada de controle popular. É necessário que a população tenha poder real sobre as decisões e práticas da segurança pública, desde a escolha de delegados e comandantes locais até o acompanhamento e a fiscalização das ações policiais.

Transparência, prestação de contas e direito de organização dos próprios trabalhadores da segurança são medidas fundamentais para romper o isolamento entre polícia e sociedade. Contudo, é preciso reconhecer que nenhuma reforma institucional será suficiente se não se questionar o papel que a polícia desempenha dentro de um sistema voltado à proteção da propriedade e à repressão dos pobres. Democratizar a polícia, portanto, não se trata de “humanizar a repressão”, mas de avançar rumo a um modelo de segurança baseado na participação popular, na igualdade e na superação de um Estado que se sustenta pela violência contra os trabalhadores e as periferias.



## **AUTODEFESA: UM DEBATE NECESSÁRIO**

A classe trabalhadora, embora seja a força que produz toda a riqueza da sociedade, vive sob a dominação de uma minoria que controla o Estado, a economia e o aparato repressivo. Essa dominação não se mantém apenas pela ideologia e pelas promessas eleitorais, mas principalmente pela força das armas e pela repressão cotidiana.

Quando os trabalhadores se mobilizam por seus direitos, enfrentam a violência direta do Estado e de grupos armados a serviço da burguesia. Por isso, a autodefesa não é uma escolha abstrata, mas uma necessidade vital para garantir a sobrevivência e a resistência do povo pobre.

A autodefesa nasce da própria experiência de luta dos trabalhadores. Nas greves, os piquetes se organizam para proteger o movimento e enfrentar a repressão; nas ocupações urbanas e rurais, a defesa coletiva garante o direito à moradia e à terra diante da violência policial e demais grupos armados, como o tráfico. Esses exemplos mostram que a autodefesa não é um ato isolado ou individual, mas uma prática coletiva que fortalece a consciência e a organização popular.

Organizar a autodefesa é parte essencial da luta por emancipação. Isso significa construir estruturas de proteção nas comunidades, sindicatos e movimentos sociais, capazes de enfrentar a repressão e assegurar o direito à mobilização. Mais do que resistência, trata-se de um passo político fundamental para que o poder e a força estejam, de fato, nas mãos da maioria trabalhadora.



RIO DE JANEIRO

# Apesar do discurso, Governo Lula repete velha lógica da segurança pública

 LUISA ROSATI, DO RIO DE JANEIRO (RJ)  
ISRAEL LUZ, DE SÃO PAULO (SP)

A chacina de Cláudio Castro trouxe para primeiro plano o debate sobre alternativas à política do governador do Rio. Nesse contexto, duas iniciativas do governo Lula ganharam destaque: a Lei Antifacção e o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública.

As propostas têm uma importância estratégica para o PT. Pesquisa da Genial/Quaest, publicada em 8 de outubro, reafirmou que hoje a segurança é a principal preocupação dos brasileiros. Diante disso, com os olhos na eleição de 2026, o Governo Federal polariza com o bolsonarismo. Mas será que o caminho apontado indica soluções reais para o povo trabalhador, especialmente negros e negras?



O presidente Lula e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro | Divulgação/Ricardo Stuckert

## **OS OBJETIVOS DA PROPOSTA E A OPOSIÇÃO DO BOLSONARISMO**

O objetivo declarado da proposta é definir o papel da União, ou Governo Federal, nas questões de segurança pública e defesa social, incluindo o sistema penitenciário.

A justificativa é a constatação de que houve uma mudança no perfil da criminalidade desde 1988, ano em que a Constituição atual passou a valer. Hoje, as redes criminosas deixaram de ser locais e se coordenam entre os estados e com organizações de fora do país.

Para isso, propõe incluir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); criar o Fundo Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; e ampliar as funções da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Prevê, ainda, atribuir papel de polícia às guardas civis municipais, como aliás vêm fazendo várias prefeituras país afora, casos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

As polêmicas entre o Governo Federal e governos estaduais têm como pano de fundo o debate sobre “quem manda em quê”. Os governadores, responsáveis pelas polícias militares e civis nos estados, não querem perder poder sobre elas.

Mas o texto atual, negociado por meses com vários setores, não significa um controle absoluto do governo central sobre os estados. O que parece estar em jogo é outra coisa. As forças políticas capitalistas lutam, na verdade,

pela liderança pública das ações de repressão. Isso pode ser decisivo para a corrida eleitoral. Quem vai aparecer à frente das operações? Esse é o nó político.

### **A PEC NÃO TOCA EM QUESTÕES ESTRUTURAIS**

O sistema policial brasileiro é caracterizado por ter duas polícias: uma que investiga, a Civil, e a outra que policia as ruas cotidianamente, a Militar. Esse arranjo fragmenta a atividade policial, tornando-a ineficaz até nas tarefas que a lei burguesa prevê. Assim, de um lado, a PM mata cada vez mais, sem aumentar a segurança, e, de outro, a Civil elucida só quatro em cada dez homicídios segundo dados de 2022 do Instituto Sou da Paz.

Mas não podemos dizer que, no geral, essas forças são ineficientes. Seu papel, especialmente no caso da PM, é impor um regime de medo permanente não sobre os criminosos, mas sobre a população de conjunto.

Só isso explica ações como a dos policiais que agrediram uma mulher grávida de oito meses no interior de São Paulo e executaram seu marido, quando ele tentou defendê-la. Só isso explica a morte de uma criança de quatro anos em Santos (SP) pelas mãos de um soldado. Que risco à sociedade essas pessoas poderiam representar?

Outra característica estrutural é a corrupção das forças policiais. Do jogo do bicho às milícias e ao tráfico de drogas, são incontáveis os casos de participação de agentes públicos em atividades que supostamente deveriam combater. Sem falar nos serviços privados de proteção e na prática

de formação de grupos de extermínio, que vem desde a década de 1960.

Isso nos leva à falta de controle público. As forças policiais seriam, na opinião de especialistas como a professora Jaqueline Muniz (UFF), “mais fortes que o governador, o presidente da República e o prefeito”, como afirmou em entrevista ao programa Três por Quatro no YouTube.

Essa autonomia das polícias anda de mãos dadas com a militarização: para convencer uma maioria de negros e negras a massacrarem seu próprio povo, a hierarquia, a disciplina e a lavagem cerebral são indispensáveis.

Vale dizer que o funcionamento do Exército vai na contramão inclusive do que apontam pesquisas de opinião junto às camadas mais baixas da PM.

---

## GUERRA AOS POBRES

# Lei Antifacção de Lula: mais do mesmo

Lula também enviou ao Congresso Nacional, em caráter de urgência, o projeto de Lei Antifacção. O centro da nova lei consiste em uma ampliação das penas para membros de facções criminosas.

Porém os resultados das políticas de segurança aplicadas nas últimas décadas no Brasil mostram que a ampliação das penas relativas ao tráfico de drogas não resultou em diminuição das facções ou dos crimes.

A Lei de Drogas, sancionada por Lula em 2006 após uma onda de violência provocada por ações do PCC em São Paulo, facilitou e endureceu as punições por tráfico de drogas. O resultado foi uma explosão no número de presos. Hoje a população carcerária brasileira é de 850 mil pessoas – nosso país perde apenas para EUA e China. Quem são essas pessoas? Cerca de 70% são homens, jovens e negros. E mais: um em cada quatro são presos provisórios, ou seja, estão presos sem ainda terem sido julgados.

Aliás, é fato comprovado que facções capitalistas levam uma grande vantagem com essa dinâmica, pois os presídios se tornam centros de recrutamento. Lotar os presídios, portanto, garante novos braços para o Comando Vermelho e o PCC. Ou seja, o resultado é exatamente o inverso do discurso das autoridades.

É visível que o aumento do número de presos relacionados ao problema das drogas não significou enfraquecimento do narcotráfico. O crescimento do Comando Vermelho nos últimos anos é prova disso. As prisões, longe de desarticular essas organizações, são locais onde elas se fortalecem, estabelecem alianças e recrutam novos membros, uma vez que para sobreviver em uma cadeia no Brasil os presos são levados a se afiliar a alguma facção criminosa. Foi a partir de acordos estabelecidos em prisões federais com facções menores, de caráter regional, que o Comando Vermelho expandiu seu domínio, abrindo espécies de “filiais” em estados do nordeste do país.

Além disso, como acreditar que um aumento de penas poderia ter impacto real na articulação das facções criminosas, se parte das lideranças atua de dentro do sistema prisional? Indo mais além, a maior parte dos membros desses grupos é composta de jovens, uma vez que as disputas entre facções, somadas às operações policiais, resulta que em geral esses indivíduos não costumem passar dos trinta e poucos anos de idade, e há uma constante renovação dessas lideranças. Qual a função coercitiva que pode ter um endurecimento de pena nesse contexto?

### **GUERRAS ÀS DROGAS DO PT**

A política de guerra às drogas que o PT implementa e implementou em todos os momentos em que esteve no Planalto e nos estados em que é governo não apresenta diferença em relação ao que vem sendo feito no Rio de Janeiro ao longo de décadas. A Bahia, por exemplo, governada por quase vinte anos pelo PT, tem a PM que mais mata no Brasil. E foi durante os governos Dilma e Lula que mais se utilizou no Rio de Janeiro a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), mecanismo que permite a atuação das Forças Armadas como polícia.

Ano após ano, operação após operação, só aumentam as áreas dominadas por grupos criminosos na cidade do Rio, enquanto os direitos mais básicos são negados a uma ampla parcela da população carioca, que vive nas áreas ocupadas por esses grupos e muitas vezes é transformada em vítima dessas operações organizadas com o pretexto de defendê-la.

RIO DE JANEIRO

# O que está por trás do discurso do “narcoterrorismo”?



DIEGO CRUZ, DA REDAÇÃO  
LUIZA ROSATI, DO RIO DE JANEIRO (RJ)



*Fumaça de barricadas durante a operação conjunta das polícias no Rio de Janeiro. Foto: reprodução*

Momentos após a maior chacina da história do país, o governador Cláudio Castro e expoentes da extrema direita reforçaram o discurso equiparando o narcotráfico a “terrorismo”. Ao mesmo tempo, avançava na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei que vai nesse sentido.

O PL na Câmara, não por acaso, tinha como relator o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), que abriu mão do cargo em favor de Guilherme Derrite, o sanguinário secretário de Segurança do governo Tarcísio, temporariamente licenciado para ocupar seu mandato como deputado para ajudar no projeto. Mas o que está por trás dessa ofensiva da ultradireita e sua insistência em classificar o tráfico como terrorismo?

Mudar a classificação do crime pode parecer, a uma população cansada, emparedada entre a opressão do crime organizado e a violência policial, medidas mais contundentes contra a criminalidade urbana, que atinge principalmente os mais pobres. Afinal, terrorismo soa muito mais grave que tráfico de drogas. Porém o que está por trás dessa medida é um projeto que institucionaliza, aprofunda e muda de qualidade a guerra contra os pobres. E submete, mais ainda, o Brasil ao imperialismo estadunidense.

### **“BUKELIZAR O BRASIL”**

Esse discurso ganhou força com o governo do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, eleito em 2022. Sob o pretexto de combater as quadrilhas que assolam o país, Bukele instituiu um regime de exceção que revoga várias garantias constitucionais, prevê prisões preventivas indefinidas sem a necessidade de se informar o crime e mandou 2% da população para a cadeia. Ou melhor para o Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT).

A política de colocar as Forças Armadas e a polícia para perseguir, assassinar e encarcerar suspeitos de “terrorismo” fez com que El Salvador tenha hoje, proporcionalmente, a maior população encarcerada do mundo (para se ter uma ideia o Brasil, o terceiro país do mundo que mais prende, tem 0,42% da população atrás das grades, um terço sem julgamento aliás). Evidentemente, essa repressão não se restringiu a suspeitos de participarem de gangues, mas se voltou contra a oposição, ativistas de Direitos Humanos e até ambientalistas. Qualquer um que levante a voz contra Bukele hoje é preso, na melhor das hipóteses.

Até mesmo ex-integrantes de seu governo que denunciaram esquemas de corrupção e a ligação de autoridades com o narcotráfico não escaparam, como é o caso do então conselheiro de segurança nacional, Alejandro Muyschondt. Preso em 2024, foi mantido incomunicável até morrer na cadeia semanas depois. O defensor dos direitos humanos, Fidel Zavala, também foi preso e jogado na mesma prisão cujos guardas havia denunciado. Casos como esse se multiplicam e atingem qualquer pessoa ou organização minimamente crítica à ditadura de Bukele.

A criminalidade de fato caiu, como acontece quando se elimina a concorrência e se institui um único monopólio no crime (como ocorreu com o PCC em São Paulo), nem que seja o próprio Estado a ocupar esse lugar. Não é difícil entender, assim, a popularidade de Bukele, uma vez que os trabalhadores e o povo pobre são as maiores vítimas das gangues. Mas, sob uma ditadura cada vez mais declarada, tende a ser uma situação instável, como é qualquer governo autoritário que prende, sufoca e persegue qualquer oposição.

Ou seja, ao contrário do que propaga a extrema direita, a política repressiva de Bukele é o maior exemplo de que não se acaba com a violência sem se atacar os problemas estruturais que a causam. O que se faz lá é impor uma “paz dos cemitérios”, através de uma ditadura corrupta que, uma vez restaurando as liberdades democráticas, retornam os velhos crimes de antes. Não acabou a violência, ela apenas é contida e substituída por uma violência estatal

ao custo dos direitos e das liberdades democráticas da população.

Fato é que institucionalizar uma ditadura na prática, prender em massa e perseguir a oposição é justamente o sonho dourado da extrema direita. Não é por menos que figuras como Eduardo Bolsonaro e Nikolas Ferreira repitem o mantra “temos que bukelizar o Brasil”. Política encampada também pelo ex-capitão do Bope, Rodrigo Pimentel, que, em entrevistas recentes, defendeu as medidas de Bukele, mas ressaltou que “com a atual legislação, não tem o que ser feito”, flertando, assim, com mudanças autoritárias nas leis brasileiras.

### **ATAQUE À SOBERANIA**

Se, do ponto de vista objetivo, uma mudança na classificação do crime de narcotráfico produziria tão somente penas mais duras, politicamente suas consequências seriam muito mais profundas. No início do ano, o chefe do imperialismo ianque, Donald Trump, assinou uma ordem executiva classificando uma série de grupos criminosos da América Latina, como México, El Salvador e Venezuela como grupos “terroristas”. Qual é a consequência disso? O secretário de Defesa de Trump, Pete Hegseth responde: “Se você é um narcoterrorista contrabandeando drogas em nosso hemisfério, nós o trataremos como tratamos a al-Qaeda. Dia ou noite, mapearemos suas redes, rastreamos seus homens, caçaremos você e o mataremos”.

Trata-se, assim, de uma mera justificativa para uma intervenção militar, a exemplo dos anos de guerra ao terror que embasaram a invasão e a

ocupação do Iraque e do Afeganistão. Os EUA já bombardearam dez barcos no mar do Caribe nas últimas semanas, acusando de serem narcotraficantes ou “terroristas”, embora testemunhos dessem conta de se tratarem simplesmente de pescadores. Essa ofensiva militar ocorre ao mesmo tempo que os EUA pressionam e atacam a soberania dos países, como a Venezuela e o próprio Brasil.

Não é coincidência, portanto, que o governo Trump pressione autoridades para que organizações criminosas como Comando Vermelho e PCC sejam classificadas como “terroristas”. O representante do Departamento de Estado, David Gamble, responsável pelas sanções contra o Brasil, foi a Brasília pessoalmente pedir a reclassificação das organizações. Qual a consequência prática dessa medida? Ela autorizaria ataques militares diretos dos EUA contra o Brasil, sob o pretexto de uma guerra contra o terrorismo.

A extrema direita brasileira, nesse contexto, dá novos exemplos de sua vergonhosa submissão ao imperialismo estadunidense, colocando-se como artífices desse projeto contra a soberania nacional. Derrite se reuniu com representantes do governo Trump para articular o PL do terrorismo. O próprio Cláudio Castro entregou um relatório ao Consulado dos EUA no Rio mostrando um suposto avanço do Comando Vermelho em território estadunidense, embasando uma eventual retaliação contra o Brasil, a exemplo do que Eduardo Bolsonaro fez, e vem fazendo, em relação às sanções políticas e econômicas contra o país.

## **TERRORISMO OU SIMPLEMENTE CAPITALISMO?**

Classificar as organizações criminosas como “terroristas”, assim, não tem nada a ver com o enfrentamento mais duro contra a criminalidade ou a defesa da população pobre. Ao contrário, legitima uma guerra ainda mais aberta contra o povo negro e pobre das comunidades e periferias. Se parto do pressuposto que se estão combatendo grupos terroristas que buscam tão somente o controle de territórios, então toda a população submetida às áreas controladas por facções são, de antemão, suspeitos a serem enfrentados e “neutralizados”. É a isso que servem termos como “guerra assimétrica” ou “conflito nacional não declarado”, difundidos por autoridades e analistas nos últimos dias.

Argumentos tão cínicos quanto hipócritas. Se a violência é o que define o terrorismo, as forças de segurança do Estado brasileiro são os maiores agentes terroristas. Mais do que isso, cria uma falsa dualidade entre Estado e facções, como se não estivessem umbilicalmente imbricadas. As milícias e as grandes organizações criminosas como CV e PCC não existiriam sem o Estado, sem a simbiose com suas instituições, do Legislativo ao Executivo, passando pela própria estrutura das polícias e das Forças Armadas.

Esse discurso, finalmente, tenta afastar o real caráter das organizações criminosas. Não são corpos estranhos que vivem da exploração de ramos ilegais da economia, como o tráfico de drogas, ou que praticam extorsão contra as comunidades. Como ficou evidente na operação

contra o PCC na Faria Lima (que só foi deflagrada por conta da concorrência de setores da própria burguesia), são verdadeiras empresas capitalistas, que utilizam, e do qual dependem, o sistema financeiro. A criminalização das drogas serve para a valorização da mercadoria, cujo lucro é lavado nas fintechs, plataformas de apostas e vários setores do mercado legal, além de abastecerem campanhas de políticos que, em geral, são os mais irascíveis no discurso do combate à violência.

A incursão de grupos como o PCC no mercado imobiliário ou no controle da produção e distribuição de combustível, por sua vez, revela como, cada vez mais, se desfaz a separação entre mercado legal e ilegal. E é justamente por isso que o crime organizado, tanto as milícias quanto os grupos como o CV ou o PCC, não desaparecerão. O Estado pode matar 100 mil, 10 mil funcionários rasos, que serão prontamente substituídos. Enquanto houver um mercado lucrativo a ser explorado, um Estado capitalista e uma burguesia, financeira ou não, se beneficiando disso, continuará existindo. Pois não se trata de terrorismo, mas de capitalismo. ■



Tania Rego | Agência Brasil

# Opinião Socialista realiza cobertura especial da Cúpula do Povos

Evento paralelo à COP30 será realizado de 12 a 16 de novembro na UFPA, em Belém



DA REDAÇÃO



Foto: Hellen Loures/Cimi

A Conferência das Partes (COP), também conhecida como Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), é um evento recheado de discursos vazios, onde os ricos que dominam e seus governos fantoches tentam disfarçar a continuidade da destruição do planeta com promessas verdes e metas mentirosas ou ineficazes.

A 30ª edição da COP, que será realizada em Belém (PA) de 10 a 21 de novembro, será um grande balcão de negócios no qual o agronegócio e as grandes empresas capitalistas fingem ser sustentáveis. Empresas com histórico de crimes ambientais ou sob investigação por

corrupção – Vale, JBS, Braskem, Hydro e Agropalma – financiam o evento fake da ONU. Não há saída ecológica dentro da lógica do lucro. A crise climática é expressão direta de um sistema que vive da exploração e da desigualdade e tem nome: sistema capitalista.

## **PSTU NA CÚPULA DOS POVOS**

A Cúpula dos Povos é um evento paralelo à COP30 organizado por movimentos sociais. Vai acontecer de 12 a 16 de novembro na Universidade Federal do Pará (UFPA). São aguardadas 10 mil pessoas de diversas partes do planeta. Povos indígenas, camponeses, quilombolas, juventude e demais setores populares e da classe trabalhadora estarão juntos, debatendo e apontando os caminhos para soluções concretas e urgentes diante da catástrofe climática e ambiental, gerada pelo capitalismo e sua lógica predatória de produzir cada vez mais, explorando e destruindo a natureza e o trabalho humano.

*“Serão cinco dias intensos de atividades e de muita luta na Cúpula dos Povos. O PSTU estará presente, realizando atividades e apresentando um programa que busca unir operários, indígenas, camponeses, quilombolas e povos da floresta contra a devastação ambiental capitalista. Um programa socialista e revolucionário, que aponta claramente para a superação do capitalismo”, destaca Rosi Pantoja, da direção do PSTU-PA.*

## **COBERTURA ESPECIAL**

O Opinião Socialista já está realizando a cobertura especial da Cúpula dos Povos e COP30 no portal e nas redes sociais com notícias diárias.

*“Teremos uma equipe do Opinião Socialista em Belém acompanhando as atividades, que terão cobertura em tempo real em nosso site e nas redes sociais. Será uma cobertura dinâmica com notícias, entrevistas, fotos, áudios e vídeos mostrando a diversidade de vozes que estarão unidas em contraponto ao evento oficial da COP30”, afirma Roberto Aguiar, jornalista do Opinião Socialista.*

*“Convidamos todos a acompanhar nossa cobertura. É um trabalho independente, realizado por militantes, comprometido com a estratégia do socialismo. A grande imprensa burguesa tem um lado, o lado dos capitalistas. Inclusive estão realizando a cobertura jornalística com o apoio de empresas envolvidas em catástrofes ambientais, como a Vale e a Hydro. Nós temos o nosso lado, o lado dos trabalhadores e do socialismo”, completa Aguiar.*

Durante toda a Cúpula dos Povos, a militância do PSTU vai vender o especial do Opinião Socialista sobre a COP30 e nosso programa que aponta uma saída socialista para a catástrofe climática e ambiental criada pelo capitalismo.

**Ler a versão em PDF no link abaixo:**

[ACESSAR ENCARTE](#)

### **APOIO**

O Opinião Socialista está realizando uma campanha financeira para custear os gastos da cobertura especial da Cúpula dos Povos e COP 30 em Belém.

*“Fizemos um investimento grande nessa cobertura. Precisamos do seu apoio financeiro. Diferentemente da imprensa burguesa, que recebe dinheiro das empresas responsáveis pela catástrofe ambiental e climática, nós temos como princípio nossa independência financeira como forma de garantir nossa independência política. Como nosso compromisso é com a classe trabalhadora, queremos o apoio único e exclusivo da nossa classe. Por isso, pedimos que você contribua com qualquer quantia via PIX e ajude a fortalecer uma mídia independente, classista e socialista”, finaliza Roberto Aguiar.*

## OPINIÃO SOCIALISTA

---

Banco do Brasil  
Agência: 4054-1  
Conta: 26751-1  
PIX: 55.446.524/0001-00



---

## AGENDA

# Programação do PSTU e da CSP-Conlutas na Cúpula dos Povos

O PSTU realizará atividades próprias e integrará as atividades da CSP-Conlutas na Cúpula dos Povos. Veja abaixo a programação:

# DIA 12 (QUARTA)

## **9H – SEDE CAMPESTRE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM**

Plenária de acolhida com discussão política e orientação às delegações

## **16H – VADIÃO/UFPA**

Reunião de apresentação do Coletivo Rebeldia.

Participação: Mandi Coelho, do Centro Acadêmico de Letras da USP

# DIA 13 (QUARTA)

## **16H30 – AUDITÓRIO DO ICOSA/UFPA**

Painel de lutadoras e lutadores do campo e da cidade: “A COP30 é um mecanismo do capital para legitimar a destruição da Amazônia e do planeta”

Participação: Osmarino Amâncio (líder seringueiro – Acre), Raquel Tremembé (liderança indígena do povo Tremembé – Maranhão), Erasmo Theófilo (liderança camponesa de Anapú – Pará), Rosa Gregória (liderança do movimento de quebradeiras de coco – Maranhão), Sueidy Ferreira (movimento de mães das vítimas da violência policial – Pará), Claudioleno Castro (liderança ribeirinho de Mojú – Pará)

## **19H – AUDITÓRIO DO IFPA – CAMPUS CASTANHAL**

Debate: “Não somos a geração do fim do mundo, somos a geração do fim do capitalismo”

Participação: Mandi Coelho (Coletivo Rebeldia)

# DIA 14 (SEXTA)

## 9H – AUDITÓRIO DO ICED/UFPA

Movimentos sociais e auto-organização: Qual a saída para a crise climática?

Participação: Osmarino Amâncio (líder seringueiro – Acre), Gilberto Marques (professor e pesquisador – UFPA), Jeferson Choma (canal Ecologia e Política Marxista) e Soraya Misleh (jornalista palestino-brasileira)

## 15H – AUDITÓRIO DO ICESA/UFPA

Plenária por reparação aos povos originários vítimas dos crimes da ditadura militar

Participação: Davi Kopenawa (Associação Hutukara Yanomami), Osmarino Amâncio (líder seringueiro – Acre), Padre Ricardo Rezende, Wendel Tembé, Raquel Tremembé (povo Tremenbé – Maranhão) e representação de diversos outros movimentos

# DIA 15 (SÁBADO)

## 9H – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM

Concentração para a Grande Marcha Unitária pelo Clima

# DIA 16 (DOMINGO)

## 9H – SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM

Colapso ambiental e saída socialista: porque precisamos de um partido revolucionário?

*(Após o debate, vai rolar confraternização com uma feijoada saborosa e apresentações de grupos de carimbó.)* ■

## SERVIÇOS PÚBLICOS

# Marcha dos servidores mostra o caminho para derrotar a reforma administrativa



EDUARDO ZANATA,  
DE BRASÍLIA (DF)



Marcha dos Servidores, em Brasília - DF | Foto: Eduardo Zanata

No dia 29 de outubro, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público das três esferas realizaram um importante processo de mobilização no Distrito Federal contra a reforma administrativa. A marcha dos servidores contou com mais de 20 mil pessoas e demonstrou disposição de luta das categorias para derrotar a PEC 38/2025, protocolada alguns dias antes, depois que o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) conseguiu as 171 assinaturas necessárias para a proposta de emenda à Constituição.

A força da mobilização já começou a dar os primeiros frutos. Doze deputados que assinaram a PEC 38/2025 pediram a retirada de sua assinatura do projeto. Infelizmente, isso não altera mais o processo de tramitação da matéria, mas dificulta as tentativas do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) de acelerar o processo de tramitação. E coloca em xeque a aprovação da matéria, a qual depende de quórum qualificado de pelo menos 308 dos 513 deputados.

### **PEDRO PAULO E HUGO MOTTA ACUSARAM O GOLPE**

Na semana anterior à marcha, o deputado Pedro Paulo, depois de protocolar a PEC 38/2025, em entrevistas, fez um apelo aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público e à bancada do governo no Congresso Nacional para ajudar a aprovar a reforma administrativa. Pedro Paulo alega que a reforma administrativa será feita mais cedo ou mais tarde e argumenta que é melhor fazer uma reforma com um governo progressista do que com um governo de direita.

Essa fala demonstra certo desespero de Pedro Paulo e Hugo Motta para tentar vencer a resistência que existe para aprovação da matéria. A força da mobilização dos servidores e servidoras, que desde agosto realizam, toda semana, atividades nos aeroportos do país para pressionar os deputados, obrigou os partidos do chamado “campo progressista” a definir posição contra a aprovação da PEC 38/2025.

ENTENDA

## Os principais ataques da reforma administrativa

- | Amplia o arcabouço fiscal para estados e municípios
- | Facilita o processo de demissão de servidores públicos
- | Extingue carreiras
- | Rebaixa salários e reorganiza carreiras
- | Impõe salários flexíveis, com sistema de metas
- | Amplia a terceirização e a privatização

---

ASSIM NÃO DÁ

## Governo Lula faz jogo duplo, mas na prática quer reforma administrativa

No dia 22 de outubro, na mesa nacional de negociação permanente dos servidores federais, as entidades cobraram uma posição de Lula e do Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) contra a proposta de reforma administrativa

apresentada pelo grupo de trabalho da Câmara e ouviram que o Governo Federal não vai se posicionar nem contra nem a favor da proposta. Esse suposto abstencionismo na verdade demonstra que a política de Lula é permitir a aprovação da PEC 38/2025, e que ele não vai fazer nenhum movimento para impedir a aprovação da matéria.

Essa posição é coerente com a política neoliberal de Lula para o serviço público federal, tendo em vista que o MGI já está aplicando uma reforma administrativa com os mesmos objetivos e mecanismos que existem na PEC 38/2025. O governo Lula, em seu terceiro mandato, levou adiante o processo de privatização dos hospitais federais do Rio de Janeiro, criou um sistema de metas, desregulamentando a jornada de trabalho dos servidores, instituiu mecanismos de avaliação de desempenho para progressão nas carreiras, aumentou a quantidade de níveis e rebaixou o piso de várias carreiras do serviço público federal, criou as carreiras transversais e aprofundou o processo de contratação temporária por meio do Concurso Nacional Unificado.

## **SEGUIR A MOBILIZAÇÃO E PREPARAR UMA GREVE GERAL DOS SERVIDORES**

Diante da disposição de luta demonstrada pela Marcha Contra a Reforma Administrativa, as centrais sindicais e as entidades de servidores públicos precisam seguir articulando as ações contra a reforma e, desde já, preparar o terreno para realizar uma greve geral unificada dos servidores caso a PEC 38/2025 comece a tramitar na Câmara dos Deputados.

Além disso, também é preciso exigir de Lula que interrompa a reforma administrativa que está realizando no serviço público federal, revogando as medidas implementadas, e que se posicione de forma clara contra a aprovação da PEC 38/2025. ■

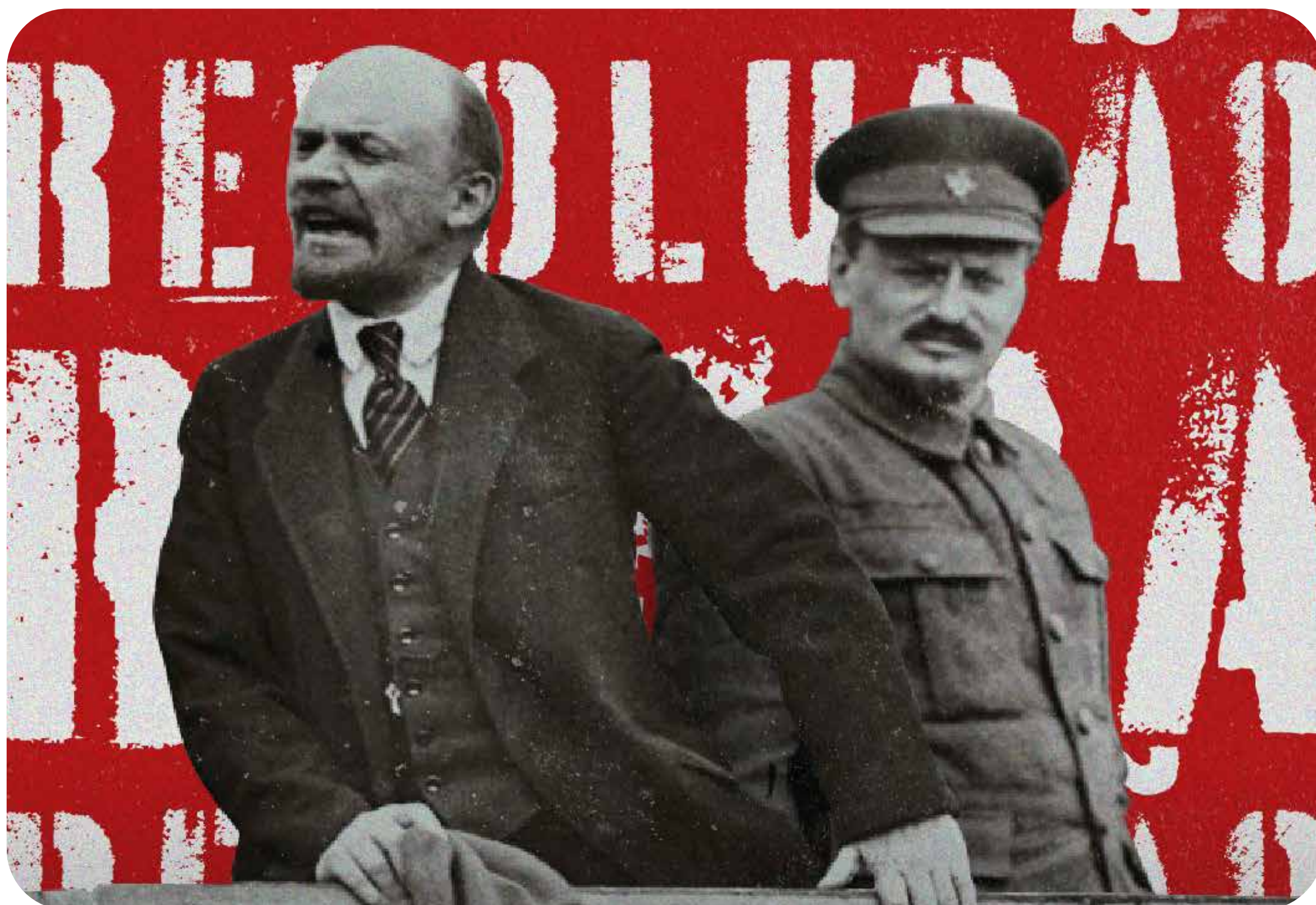


*Marcha dos Servidores, em Brasília - DF | Foto: Eduardo Zanata*

# 108 anos da Revolução Russa: um legado sobre as nacionalidades que precisa ser lembrado



ANA GODOY,  
DE BELO HORIZONTE (MG)



Colagem Lênin e Trotsky. Arte: Ana Sbabbo

Chegamos a mais uma comemoração do início do processo de tomada do poder pela classe trabalhadora do Estado russo e da construção de uma sociedade diferente da sociedade capitalista. Cento e oito anos nos separam desse ato grandioso que marcou a história da humanidade e nos ensinou que é possível os trabalhadores ditarem os rumos de seu próprio destino.

Mas não é óbvia para todos a necessidade de se lembrar e aprender com esse legado. Nos dias de hoje, a luta para apagar e distorcer todas as conquistas deste processo é feroz. Por isso, algumas pessoas podem nos perguntar: por que comemorar este evento nos dias de hoje? E nos

afirmarem que o capitalismo foi restaurado na URSS e o comunismo perdeu. Afirmamos de forma categórica frente a esses questionamentos: mais do que nunca, o legado da Revolução Russa precisa ser lembrado e reivindicado.

Por sua própria grandeza e pelo fato de ter sido a primeira revolução vitoriosa liderada pelos trabalhadores, o evento já merece ser comemorado. No entanto, há muito mais a ser lembrado e aprendido com os operários russos. Se olharmos para o mundo hoje veremos uma verdade se desvelar diante de nós: guerras e massacres são a verdadeira fase do capitalismo. Os países imperialistas se esforçam para aumentar seu poder de controle e domínio sobre os países já dominados; guerras por território impõem fome aos trabalhadores; povos são exterminados, como acontece com os palestinos neste momento. Em nome do controle do capital, as diferenças entre os povos se transformam em desigualdade, e o capitalismo se move fomentando exploração e opressão.

Mas qual a relação existente entre o que ocorreu há mais de cem anos e o mundo que vivemos hoje? Voltemos no tempo e resgatemos algumas das lições que Outubro nos deixou.

## **OUTUBRO DE 1917: O MÊS QUE MUDOU O MUNDO**

Pela primeira vez na história, a classe trabalhadora tomava o poder e iniciava a construção de um novo tipo de Estado. A Revolução de Outubro de 1917 representou o ponto culminante de um processo revolucionário que transformou a Rússia e marcou o século XX.

Sob a liderança decisiva do Partido Bolchevique, a classe trabalhadora demonstrou que, com uma direção revolucionária, era possível conquistar o poder político e começar a edificar uma nova ordem social.

Essa continua sendo uma de suas lições mais valiosas: é possível fazer uma revolução operária e socialista, em aliança com os setores oprimidos e pobres da classe trabalhadora. Em outras palavras, ao contrário do que tantos afirmam, os operários podem, sim, tomar o poder e transformar a sociedade.

No entanto, essa conquista não surgiu do nada. Ela foi precedida por meses de mobilização popular e por uma série de acontecimentos que abalaram as estruturas do velho regime. Em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário atual), as trabalhadoras têxteis de Petrogrado deram início a uma greve no Dia Internacional da Mulher, desafiando a descrença generalizada quanto à força do movimento operário.

A paralisação se espalhou rapidamente pelas fábricas, contou com a adesão dos metalúrgicos e, em seguida, dos soldados – uma aliança que selou o destino do tzarismo, derrubado em poucos dias. Assim, as mulheres operárias foram as primeiras a colocar em marcha a engrenagem revolucionária que meses depois levaria à Revolução de Outubro.

A Revolução Russa desafiou todas as previsões. Num país marcado pelo atraso econômico, pela miséria, pelo analfabetismo e pela devoção ao tzar, quase ninguém acreditava que pudesse

florescer uma revolução socialista. Ainda assim, foi exatamente nesse terreno adverso que os trabalhadores e camponeses mostraram sua força histórica, rompendo com o destino que lhes era imposto. A experiência de 1917 segue como um marco e um ensinamento: quando os oprimidos se organizam e acreditam em sua própria força, podem não apenas derrubar um regime, mas também construir um novo mundo.

---

## UM NOVO HORIZONTE

# Sob o comando dos trabalhadores, a sociedade avança

Constituíam-se ali um novo tipo de Estado, dirigido pela classe trabalhadora e pelos setores oprimidos da sociedade. Sua base eram os sovietes – conselhos populares cujos representantes podiam ser substituídos a qualquer momento e cuja remuneração não ultrapassava o salário de um operário qualificado. Dessa forma, eram as camadas populares que discutiam e decidiam sobre todos os aspectos da vida coletiva, desde as grandes orientações econômicas do país até as questões mais cotidianas da população.

No campo dos direitos civis, o avanço foi igualmente impressionante: o Estado deixou de interferir nas escolhas pessoais e sexuais dos cidadãos, exceto nos casos de violência ou dano. Muito antes de qualquer potência capitalista, a Rússia soviética descriminalizou as pessoas LGBTI+ e reconheceu o direito de pessoas trans

realizarem procedimentos de redesignação sexual e utilizarem seus nomes sociais.

As mulheres também conquistaram direitos inéditos, como o acesso ao aborto legal, além da criação de serviços públicos coletivos – lavanderias, refeitórios e creches – que buscavam libertá-las do peso do trabalho doméstico e ampliar sua participação na vida social, política e produtiva.

Ao mesmo tempo, o período foi marcado por uma extraordinária efervescência cultural, artística e científica, acompanhada por uma profunda transformação no sistema educacional. A educação tornou-se um instrumento de emancipação e inclusão, abrindo espaço para milhões de pessoas antes excluídas do saber. Em poucos anos, a Rússia soviética alcançou conquistas que nenhuma nação havia obtido em tão pouco tempo, tornando-se um dos maiores laboratórios de experimentação social e criativa do século XX, consolidando o ideal de que uma sociedade baseada na igualdade e na participação popular podia, de fato, construir um novo horizonte para a humanidade.

A Rússia, até então o país mais atrasado da Europa, converteu-se em uma potência mundial que chegou a se aproximar dos níveis de produção dos Estados Unidos. Durante as décadas seguintes, sua economia cresceu a taxas duas ou três vezes superiores às da China capitalista de hoje, mas com um sentido oposto: não para gerar lucro privado, e sim para resolver problemas sociais que o capitalismo jamais conseguiu eliminar, como o desemprego, que foi erradicado sob o sistema socialista.

## NACIONALIDADES

# Uma grande luta se instaura: Lênin e a luta pela questão nacional



Foto: Reprodução

As conquistas da Revolução Russa não ocorreram sem contradições internas e disputas políticas. Após a vitória na guerra civil e a consolidação do novo Estado soviético, surgiu o desafio de integrar as diversas nacionalidades que compunham o imenso território da antiga Rússia czarista.

Stálin, então comissário do povo para as Nacionalidades, foi encarregado de formular um plano para a unificação. Ele propôs que todas as repúblicas soviéticas ingressassem na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como entidades autônomas, subordinadas ao governo central de Moscou.

A proposta, contudo, foi duramente criticada por Lênin e pelos bolcheviques georgianos, liderados por Pilipe Makharadze e Budu Mdiváni, que defendiam uma federação baseada na igualdade

plena entre as repúblicas. Para eles, a própria Rússia deveria integrar a União como um membro igual aos demais, e não como a potência dominante.

Os métodos utilizados por Stálin e seu aliado Ordjonikídze para impor seu plano foram brutais – incluíram insultos, ameaças e até agressões físicas contra os opositores georgianos. Indignado, Lênin denunciou essas práticas e alertou para o perigo de reproduzir dentro do Estado soviético as velhas formas de opressão nacional herdadas do império czarista.

Em suas Anotações de 31 de dezembro de 1922, registradas no Diário das Secretárias, Lênin escreveu que não bastava garantir a igualdade formal entre as nações; era necessário também compensar, de forma concreta, a desconfiança e os ressentimentos históricos causados pela dominação russa. Para ele, “o internacionalismo deve consistir não apenas na observância da igualdade formal entre as nações, mas também numa desigualdade que compense, por parte da nação opressora, aquela desigualdade que se produz na vida real”.

A postura de Lênin refletia a essência internacionalista da Revolução de Outubro. Desde o início, os bolcheviques viam a revolução russa não como um fim em si mesma, mas como o primeiro passo de uma transformação mundial. Eles compreendiam que a sobrevivência e o avanço do socialismo dependiam da extensão da revolução aos principais centros capitalistas, sobretudo à Alemanha. Essa perspectiva mostrava que o socialismo, para realizar plenamente seu potencial emancipador, deveria ultrapassar as fronteiras

nacionais e colocar a produção a serviço de toda a humanidade.

## **A LIBERTAÇÃO DOS POVOS HOJE**

Essas lições mantêm sua atualidade. Hoje, em um mundo onde a socialização da produção e os avanços tecnológicos já permitem satisfazer as necessidades básicas de todos, a contradição entre abundância potencial e miséria real evidencia o esgotamento do capitalismo. A experiência soviética mostrou que é possível organizar a economia de modo a eliminar o desemprego, reduzir as desigualdades e libertar os povos.

Em um momento de aprofundamento da dominação imperialista, com as disputas entre EUA e China na ordem do dia e a volta do stalinismo como explicação para o que houve na URSS, desvelar a última batalha de Lênin é primordial. Sem a luta pela autonomia dos povos e sua libertação, não mudaremos o mundo. Essa lição, outubro nos deixou.

O desafio contemporâneo é levar essa lógica a uma escala global. Assim como os operários russos em 1917, a humanidade de hoje enfrenta a tarefa histórica de construir um sistema que coloque o desenvolvimento coletivo acima do lucro privado – um socialismo mundial, baseado na solidariedade entre os povos. ■

VEM AÍ

**Um novo canal marxista na Internet!  
Marx por Ela, por Ana Godoy.**

**INSCREVA-SE JÁ!**

PALESTINA

# Genocídio em Gaza continua, e solidariedade tem que crescer



SORAYA MISLEH,  
DE SÃO PAULO (SP)



Ataque israelense sobre gaza. Foto: IRNA

“Você cessa, eu atiro.” Assim a relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, definiu o conceito de cessar-fogo no dicionário israelense, horas após seu anúncio, em 10 de outubro, quando o Estado sionista seguiu matando palestinos.

Ela repetiria esse jargão outras vezes. Em seu X, quatro dias depois, destacava: “Chamar isso de paz é um insulto e uma distração”. E convocava: “Todos os olhos na Palestina: Israel deve enfrentar justiça, boicote, desinvestimento e sanções até que a ocupação, o apartheid e o genocídio acabem, e seja responsabilizado por todos os seus crimes”.

Conforme publicou a Agência Anadolu, até o último domingo, 2 de novembro, Israel já tinha contabilizado 194 violações do cessar-fogo em Gaza. Dentre elas, realizou incursões, disparos, bombardeios, bloqueio de entrada de ajuda humanitária, incluindo não só alimentos, mas também medicamentos e equipamentos médicos, além de 300 mil tendas e casas móveis. Apenas 145 caminhões entraram em Gaza por dia, em média, desde 10 de outubro, contra os 600 prometidos.

Em consequência, 288 mil famílias palestinas seguem vivendo nas ruas. Israel destruiu aproximadamente 90% da infraestrutura em Gaza, transformando em pó bairros e campos de refugiados inteiros. O rigoroso inverno se aproxima, o que torna ainda mais dramática a situação do povo palestino.

### **CERCO E FOME PROSSEGUEM**

Israel também não liberou a entrada de centenas de máquinas pesadas para recuperar corpos debaixo de toneladas de entulhos, de novo em violação ao que foi negociado no cessar-fogo, permitindo apenas uma parte limitada daqueles usados na busca de restos mortais dos prisioneiros israelenses. Enquanto isso, milhares de corpos palestinos seguem sob os escombros.

Cerca de 240 palestinos foram assassinados pelas forças de ocupação sionistas desde o “cessar-fogo”, quase metade num único dia: o fatídico 28 de outubro – mesma data em que era cometida a pior chacina nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, com as mesmas armas e treinamento israelenses.

A fome, imposta por Israel como arma a serviço do genocídio nos últimos dois anos, continua. Uma a cada cinco famílias faz apenas uma refeição por dia conforme a ONU, e 43% delas reduziram as porções servidas.



*Fome se alastra por Gaza com cerco sionista. Foto: IRNA*

A escritora palestina Sara Awad escreveu à Al Jazeera: “Já está claro que Israel está tratando esse ‘cessar-fogo’ como um interruptor – ligando e desligando quando bem entende”. Ela conclui: “Permaneceremos à mercê de um ocupante assassino até que o mundo finalmente reconheça nosso direito à vida e tome medidas concretas para garanti-lo”.

---

**Cerca de 240 palestinos foram assassinados pelo Estado sionista desde o anúncio do cessar-fogo, quase metade no dia 28 de outubro, mesma data da pior chacina policial ocorrida no Brasil.**

---

## LIMPEZA ÉTNICA

# Genocídio disfarçado

Prossegue a tentativa de solução final na contínua Nakba – a catástrofe palestina, cuja pedra fundamental é a formação do Estado racista e colonial de Israel em 78% da Palestina histórica no ano de 1948.

O genocídio que escandalizou o mundo e elevou a solidariedade internacional com o povo palestino a níveis sem precedentes mudou de cara. Disfarçado, contudo, continua a empilhar corpos palestinos assassinados e a manter um sofrimento atroz e condições inimagináveis de vida em Gaza.

Não teve um único dia em que Israel não matou em Gaza desde o tal “cessar-fogo”. Sem contar a limpeza étnica acelerada na Cisjordânia, onde os pogroms por parte de colonos sionistas assassinos têm se tornado cada vez mais violentos nesta época de colheita de oliveiras. Nos últimos dois anos, mais de mil palestinos foram assassinados na Cisjordânia, parte dos 22% restantes do território palestino após a Nakba de 1948, ocupados militarmente por Israel em 1967, ao lado de Gaza e Cidade Velha de Jerusalém.

---

## PALESTINA LIVRE

# Mobilização não pode parar

O tal “cessar-fogo”, que vem na esteira do plano de vinte pontos de Trump, a partir de um ultimato à resistência palestina – o qual inclui a

busca de tutela estrangeira de Gaza por assassinos, sionistas e bilionários, além do desarmamento do Hamas – está na primeira fase de troca de prisioneiros. O cenário é de incerteza.



*Ato em São Paulo pela Palestina Livre | Foto: Will Silva*

Israel seguia perdendo terreno, e a solidariedade internacional se agigantava – numa onda acentuada a partir da Flotilha Global Sumud. Greves gerais pela Palestina se davam na Itália e na Espanha. Era crise para todo lado. Trump viu que era hora de mudar o método e tentar frear a onda que vinha acentuando a crise interna, fornecendo um disfarce ao genocídio.

Não é hora de sair das ruas, pelo contrário. A mobilização deve ampliar-se, honrando os milhares de mártires palestinos. Neste domingo, dia 9, um novo ato unitário ocorrerá em São Paulo. Em 28 de novembro, a partir da Europa, o chamado é por greves gerais. E em 29, Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, atos em todo o mundo devem expressar a

solidariedade internacional que o povo palestino merece e precisa.

A solidariedade deve finalmente arrancar a vitória de isolamento internacional a Israel. No Brasil, é urgente ampliar a pressão para que Lula rompa todas as relações com o Estado genocida. Passou da hora de pôr fim à cumplicidade internacional histórica que sustenta a colonização sionista, rumo à Palestina livre do rio ao mar. ■

---

**Dia 29 de novembro é o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, com atos em todo o mundo**

---



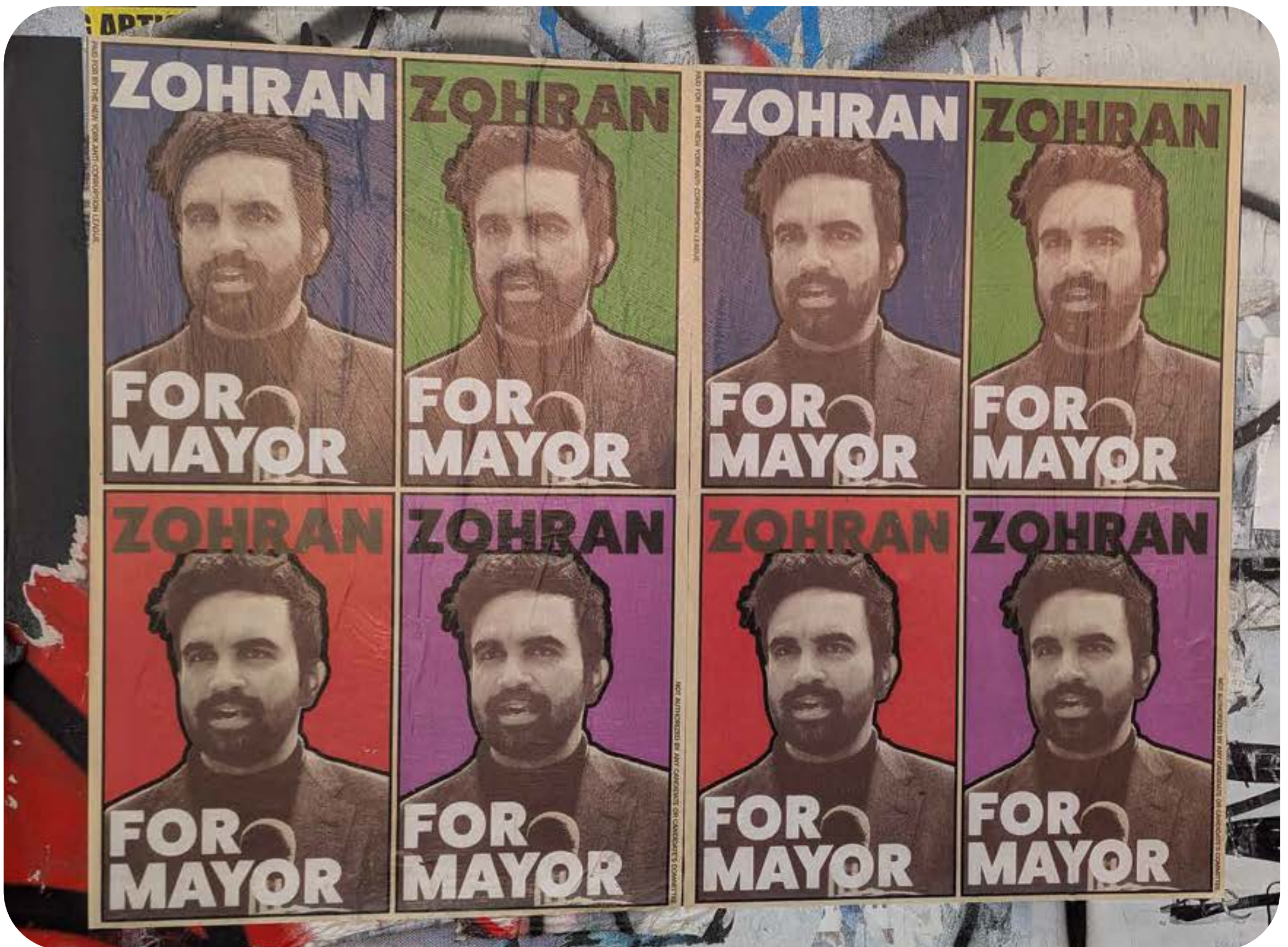
*Destruição em Gaza provocada pelo Estado de Israel. Foto: Reprodução*

# O significado da vitória de Mamdani na cidade de Nova York

*A escolha por Mamdani reflete a luta de classes e a necessidade de uma verdadeira representação operária*



TONY STABILE,  
DOS EUA



*Campanha de Mamdani nas ruas de Nova York. Foto: Reprodução*

Zohran Mamdani, um membro dos Socialistas Democráticos da América (DSA) e assembleísta do estado de Nova York, que representa partes do Queens, ganhou a corrida pela prefeitura da cidade. Mamdani recebeu mais de um milhão de votos, incluindo grandes majorias em vários distritos de classe trabalhadora, assim como em muitos bairros de classe média liberais ou progressistas. Sua eleição demonstra um aumento de apoio a políticas de esquerda e pode marcar um novo capítulo para a política interna do Partido Democrata. Para a classe trabalhadora, sua eleição transmite uma nota esperançosa, mas ambivalente.

A vitória de Mamdani chegou em meio a fortes ganhos do Partido Democrata em muitas outras áreas do país nas eleições de 4 de novembro. As pesquisas com eleitores na cidade de Nova York, assim como em outros lugares, mostraram que a maioria via o aumento do custo de vida como o principal problema motivador de sua escolha nas eleições. Muitos comentaristas da mídia veem as vitórias democratas como uma rejeição explícita às políticas do presidente Trump.

### **MAMDANI SE AFASTA DE POLÍTICAS ANTERIORES**

Mamdani se apresentou à corrida pela prefeitura como um candidato praticamente desconhecido. Com uma pesquisa de pouco mais de 1% em fevereiro deste ano, o enfoque de Mamdani em reformas econômicas cotidianas e sua experiência em redes sociais o ajudaram rapidamente a ganhar destaque. Enquanto Cuomo e Adams permaneciam presos em vários escândalos sexuais e financeiros barrocos, Mamdani delineou uma visão social-democrata para abordar problemas como a crise de habitação em Nova York, o alto custo do cuidado infantil, o transporte público subfinanciado e os preços inflacionados dos alimentos.

Mamdani ganhou a primária democrata contra grandes obstáculos. O establishment do Partido Democrata se opôs energeticamente à sua candidatura. Líderes democratas como o Senador Chuck Schumer e o Representante Hakeem Jeffries se negaram a apoiar Mamdani na primária, enquanto os representantes de Nova York Laura Gillen e Tom Suozzi não se contiveram em suas críticas sobre sua política. Gillen chamou Mamdani de “a escolha

absolutamente errada para Nova York”, e Suozzi expressou suas “sérias preocupações” sobre o assembleísta. Sem mencionar as dezenas de milhões de dólares dos principais doadores democratas (incluindo o bilionário Michael Bloomberg) destinados à tentativa do Super PAC de Cuomo de derrotar Mamdani na primária.

Depois de obter a nomeação do Partido Democrata, a estratégia de Mamdani nas eleições gerais mostrou um marcado retrocesso de suas propostas mais audaciosas. Mamdani disse a Steven Colbert no Late Show que apoiava o direito de Israel a existir, um sentimento que também transmitiu ao CEO da Pfizer, Albert Bourla, em reuniões a portas fechadas. Ele se afastou da crítica substancial à altamente militarizada NYPD [polícia de Nova York], mantendo Jessica Tisch, herdeira bilionária e comissária da NYPD sob Eric Adams, em seu cargo atual. Mamdani também insinuou em reuniões privadas que tem a intenção de se comprometer com sua proposta de “imposto sobre os milionários”, uma política básica de sua campanha primária.

### **CRISE NO PARTIDO DEMOCRATA**

Depois das desastrosas eleições presidenciais de 2024, assim como de dois anos de inação covarde frente ao ataque de Donald Trump aos direitos civis dos imigrantes, da comunidade LGBTI e das mulheres, o Partido Democrata se encontrou em um momento de crise. O pouco apoio que os democratas alguma vez tiveram entre a classe trabalhadora, as pessoas negras e os americanos latinos estava se erodindo dia após dia. Sua tentativa de atrair eleitores ricos e

com educação universitária também havia fracassado, já que seu programa político pró-genocídio e pró-austeridade alcançou níveis históricos de impopularidade.

As vitórias eleitorais deste mês poderiam ter injetado uma explosão de entusiasmo nas veias do Partido Democrata. Mas quanto tempo durará esse aumento na popularidade se o partido e seus funcionários eleitos não conseguirem montar uma sólida contraforça ao trumpismo? Ou à exploração capitalista em geral? Nem os democratas nem os republicanos podem afirmar representar a classe trabalhadora.

A atual disputa sobre a atenção médica, que subjaz ao fechamento do governo, mostra que as propostas dos democratas continuam sendo mornas. Os democratas estão satisfeitos em argumentar que os preços do seguro e os subsídios não deveriam disparar, mas se recusam a defender a atenção médica gratuita universal como um direito básico.

É incerto se a escolha de Mamdani mudará as táticas do Partido Democrata. No entanto, é provável que qualquer mudança seja superficial. Embora os democratas possam decidir aumentar o volume em seus discursos sobre a situação dos pobres e famintos, continua sendo muito duvidoso que façam algo para mobilizar as pessoas nas ruas ou para encorajar as pessoas a se organizarem em assembleias populares e dentro de seus sindicatos e organizações comunitárias.

Mamdani, por sua parte, não é silencioso sobre

seu plano para revitalizar o decrépito Partido Democrata. Na campanha, aos residentes POC [pessoas de cor] e imigrantes da cidade de Nova York que votaram em Trump devido ao apoio dos democratas ao genocídio em Gaza, sua política externa belicista e a inflação, Mamdani disse que queria fazer com que o Partido Democrata “trabalhasse para eles novamente”. E sua retórica tem se movido gradualmente para a direita, em alinhamento com esse objetivo. A crescente dependência de Mamdani do apoio dos bilionários de Nova York e do aparato do Comitê Nacional Democrata indica que a política de sua administração seguirá o consenso do Partido Democrata em vez de liderá-lo.

---

## Nem os democratas nem os republicanos podem afirmar representar a classe trabalhadora

---

### **O QUE ISSO SIGNIFICA PARA OS TRABALHADORES?**

Desde a primeira campanha presidencial de Bernie Sanders em 2016, os trabalhadores dos Estados Unidos têm sido testemunhas de um aumento das supostas campanhas democráticas antiestablishment. O movimento de Sanders deu origem à representante Alexandria Ocasio-Cortez, que, por sua vez, inspirou inúmeros candidatos locais, estaduais e federais. É raro ver uma primária democrata sem um candidato desse tipo “progressista”. Enquanto isso, apesar desse suprimento quase ilimitado de políticos que professam políticas antirracistas e pró-classe trabalhadora, persiste um movimento crescente e

perigoso de populismo de direita nos EUA.

Esses políticos “progressistas” que se apresentam como democratas, apesar de suas melhores intenções, são obrigados pelas demandas dos doadores ricos do Partido Democrata e pela pressão política dos altos funcionários do partido a se afastar dos interesses da classe trabalhadora em detrimento de sua carreira política. Por exemplo, Ocasio-Cortez votou para romper a greve dos trabalhadores ferroviários em 2023, e Sanders fez campanha com afinco para eleger Biden, que apoiou incondicionalmente o genocídio em Gaza com ajuda financeira e militar. Mais recentemente, Sanders chegou até a expressar um apoio cauteloso às catastróficas políticas de imigração de Trump.

A escolha de Mamdani é um sinal poderoso da popularidade das políticas de esquerda. No entanto, os trabalhadores não precisam de outro político que se comprometa com os chefes e proprietários. O Partido Democrata tem produzido esses a um ritmo rápido por mais de um século.

Na maior cidade de nossa nação, os trabalhadores e os imigrantes sofrem sob aluguéis astronômicos, violência policial e infraestrutura degradante. Mamdani, que fez campanha para aliviar essas lutas, fecha acordos nas sombras com os mesmos capitalistas, policiais e proprietários que se beneficiam delas. Como sempre, a tarefa dos trabalhadores e seus aliados é criar suas próprias organizações independentes e lutar diretamente contra a classe capitalista, e não colocar seu destino nas mãos de outro político que se apresenta em um partido capitalista. ■

# Bem Viver só é possível com o fim da violência policial racista, machista e lgbtifóbica

*Precisamos lutar pela reparação da escravidão e uma revolução socialista*



SECRETÁRIA NACIONAL  
DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU



Tomaz Silva/Agência Brasil

Neste Novembro Negro, celebramos os 330 anos da imortalidade de Zumbi e Dandara dos Palmares, símbolos da resistência contra a escravização e da construção de um projeto de sociedade completamente oposta à desigualdade estabelecida pelo capitalismo e sem nenhuma submissão e conluio com as classes dominantes, com autonomia e independência de classe.

Hoje enfrentamos novas formas de escravização, precarização, violência e

exploração do trabalho impostas pelo capitalismo e pelas potências imperialistas, como o genocídio da juventude negra, o feminicídio das mulheres negras e pobres, a exploração brutal do trabalho e a devastação ambiental que ameaça a vida e os territórios dos povos quilombolas, originários e ribeirinhos.

## **CRIMINALIDADE, CHACINAS E O GENOCÍDIO DE NEGROS E POBRES**

Onde faltam ações concretas do Estado, domínio dos territórios e políticas públicas, sobram balas de fuzil à população negra e pobre. Como a operação de extermínio bárbaro que ocorreu nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, deixando centenas de mortos em um território abandonado pelo Estado e dominado pelas facções e organizações criminosas.

Ao não retomar o controle da área após toda incursão militar e guerra urbana pelas forças de segurança do Estado, obviamente o crime organizado se restabelecerá, novos conflitos virão e o ciclo vicioso de genocídio nos morros e favelas segue seu curso macabro.

## **MARCHAR NA PERIFERIA PELO FIM DO FEMINICÍDIO E DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA**

Nesse cenário, o Estado brasileiro continua sendo o principal agente da morte da população negra e pobre, com o aumento da militarização das periferias e escolas e da violência policial. O feminicídio afeta a vida das mulheres em geral, e as mais atacadas são as mulheres negras, portanto são parte essencial do combate ao capitalismo. Nenhuma revolução será completa sem o fim da opressão às mulheres negras e trabalhadoras.

Por isso, precisamos fazer do Novembro Negro um espaço de ação política, formação e mobilização em todo o país, fazendo denúncias e exigências de todos os governos de todos os matizes ideológicos, incluindo o governo Lula que segue ancorado no seu plano de “guerra às drogas” sem demonstrar nenhum êxito, após o encarceramento de milhares de jovens negros e o aumento do genocídio da juventude periférica, conduzido pelas forças de segurança. É preciso seguir no combate à extrema direita e sua política de morte de negros e pobres, ao seu revisionismo histórico e de ataque aos direitos da classe trabalhadora.

### **A LUTA DAS MULHERES NEGRAS É DE RAÇA COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE**

Nesse sentido, a II Marcha das Mulheres Negras e a luta antirracista no Brasil são arena de disputa contra a conciliação de classes do governo Lula e contra os avanços da ultradireita e do bolsonarismo.

É necessário lutar pelo fim do capitalismo, colocando no centro do debate a relação indissociável entre raça, classe e gênero, a denúncia do racismo, do machismo, da lgbtifobia e da xenofobia, pois o sistema capitalista e a insuficiência das políticas públicas dos governos de plantão, incluindo Lula e seus ministérios da Mulher, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, sustentam justamente a exploração e a opressão do trabalho das mulheres negras e a desvalorização de suas vidas.

Por isso, a marcha das mulheres negras deve apontar a derrubada das bases materiais e

ideológicas: a grande propriedade privada e o Estado capitalista – que sustentam a opressão e a exploração, a desigualdade capitalista, incluindo a denúncia da colaboração de classes do governo Lula.

## **REPARAÇÃO HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO POR SAÚDE, EDUCAÇÃO, TRABALHO, MORADIA E LAZER!**

A luta por reparação histórica da escravidão é parte da luta por uma revolução socialista. Não há “bem viver” possível dentro da ordem capitalista, que nasceu amparada na escravidão e se mantém com o racismo e a exploração.

A reparação histórica da escravidão não é concessão do Estado burguês, é uma dívida que só será quitada com a luta organizada e coletiva dos negros e não negros da classe trabalhadora pela titulação e demarcação dos territórios quilombolas e indígenas. Empregos e salários de qualidade, moradia digna; transporte coletivo e gratuito, educação e creches públicas de qualidade e laicas, saúde 100% pública e de qualidade, para a classe trabalhadora e voltada para as necessidades da população negra.

---

## **CRISE CLIMÁTICA**

# **COP30 e luta revolucionário contra a crise ambiental**

Diante da realização da COP30, reafirmamos nossa posição em defesa do meio ambiente e contra a devastação promovida pela ganância dos capitalistas e pela busca de lucros com o aval do Estado brasileiro, incluindo o governo Lula, que acaba de autorizar a exploração do

petróleo na Margem Equatorial. Defendemos a soberania dos povos sobre seus territórios e os recursos naturais, contra o avanço do agronegócio e a mineração na devastação ambiental.

Somente uma sociedade socialista pode estabelecer o equilíbrio entre humanidade e natureza, porque ela se organiza em torno às necessidades humanas e não do lucro, como é na sociedade capitalista.

---

## INTERNACIONALISMO

# Cinquenta anos da independência de Angola e a luta contra a espoliação imperialista



*Lutas e resistência popular. | Foto: reprodução*

Nas comemorações dos 50 anos da independência de Angola organizadas pelo

MPLA, nos somamos aos camaradas angolanos contra a ditadura do governo de José Lourenço e suas alianças com as potências imperialistas na espoliação das riquezas naturais do povo angolano, com apoio da UNITA e da burguesia local, em colaboração inclusive com o governo brasileiro.

Apoiamos a luta da classe trabalhadora em Angola contra a ditadura do MPLA e pela liberdade política, sindical e estudantil, porque a luta contra o racismo e a exploração é uma só, do Brasil à África, das favelas às fábricas.

**SAIBA MAIS**

## **Nossas bandeiras**

COP30 e o combate ao racismo: contra o capitalismo e os crimes ambientais à população quilombola, indígena e dos povos tradicionais!

Chega de feminicídio e genocídio das mulheres e da juventude negra!

Sem reparação e revolução, não há bem viver!

Lula deve garantir reparação, demarcação e titulação das Terras Indígenas, quilombolas e dos povos tradicionais! ■